BIBLIOGRAFIA

A «HISTÓRIA DE PORTUGAL — I — Prolegómenos da investigação», de Francisco J. Velozo

1. O autor, distinto magistrado, aposentado, que pelo seu esforço subiu todos os degraus da magistratura, acaba de nos dar, felizmente, o primeiro tomo da sua *História de Portugal* *, obra de inteiro fôlego, que se propõe levar a cabo, efectivando um projecto, acalentado desde a juventude, e de que vinha dando mostras através de valiosa produção literária.

Neste primeiro tomo, o autor expõe as suas ideias referentes à forma como entende deve ser encarada e perspectivada a actividade do investigador histórico e do historiador, na História de Portugal.

Sente-se Português e Cristão, não com pré-juízos ou preconceitos, mas com pressupostos do entendimento, sem peias de qualquer espécie, em total abertura à discussão de todos e quaisquer temas com que o historiador tem de se equipar, a fim de conseguir percepção clara através de todo e qualquer material que haja dado sentido ao evolver português através dos tempos.

Este propósito do autor está expresso na sua «Advertência».

O autor teve a hombridade de, desde logo — em todo este primeiro volume —, fazer uma completa exposição da sua concepção do Mundo, sem barreiras de discussão.

Esta frontalidade — e seriedade, honestidade mental, respeito pelos outros — é de assinalar como exemplo numa época em que há livros apresentados até como científicos, quando outra coisa não são do que uma forma de verter — com tabús — sectarismos conceptuais ou ideológicos.

Por todas estas razões e até por este motivo, este livro é dos que

* Livraria Cruz, Braga, 1984, 336 págs.

se começa a ler e cuja leitura não enfada até ao fim, concluída com a meditação que provoca, fazendo surgir o interesse de procurar com seriedade o confronto fundamentado das ideias.

Saiu-se da normalidade, para se reflectir, com erudição e longo amadurecimento, problemas essenciais ao entendimento humano!

A perspectiva do autor corresponde com exactidão àquele apelo papal: «Ó homens, sede Homens!»

É evidente que esta honestidade exige — e o autor fartamente o demonstra — uma vastíssima, profunda e lúcida cultura, geral e especializada, apresentando-nos — creio que pela primeira vez — a conjugação sistemática e completa de conceitos políticos, sociológicos, antropológicos, etnológicos, históricos, psicológicos, filosóficos, geográficos, jurídicos, religiosos e de experiência humana, como bagagem imprescindível ao investigador histórico responsável sem a qual estará longe de efectuar crítica cabal, inteira e séria, e será incapaz de compreender acontecimentos que ficariam arrumados como anódinos.

O Dr. Francisco J. Velozo em todos esses domínios se move com a mesma segurança, seriedade e documentação.

Numerosos autores claudicam, ao tocar nesses elementos ou ao fazer afirmações conclusivas, que não convencem, por carência da estruturação desses conceitos, quando não revelam erros imperdoáveis.

O autor faz constante chamamento e elucidação dos autores antigos até aos mais actuais: a título de exemplo, mencionemos a análise e a comparação do pensamento de Platão e do nosso Rei D. Duarte, expresso no *Leal Conselheiro*.

Podemos acompanhar a evolução e os desvios conceituais modernos, revelando nos ideias tidas hodiernamente como luminosas, quando se encontram nos antigos expostas por forma mais real, lúcida e completa; o espírito dos antigos não era obscuro: é desconhecido.

Os problemas da mente humana são os mesmos através dos tempos; só difere a perspectiva, pelos anos que se vão interpondo.

É este um ponto fundamental e fulcral para quem persegue a verdade.

Só o espírito da verdade pode fundamentar o tão apregoado «Homem Novo». Só este espírito é capaz de manter a juventude e as suas virtudes.

Como consequência deste espírito, fielmente seguido pelo autor, um original e único Edifício Cultural se pressente no seu pensamento, edifício de que bem carecemos na nossa geração.

Sem história, sem Pátria, seríamos como órfãos com a desdita de não conhecermos os pais.

2. Não é fácil tarefa resumir o que o precioso livro contém.

Fiquemos-nos por uma ideia da sua síntese.

O autor começa por equacionar o objecto da ciência histórica — ciência pela causa dos fenómenos sociais —, relacionando-o com as ciências que o esclarecem.

Ocupando-se a História do homem e de quanto se relaciona com a Sociedade Humana, o autor passa a examinar os elementos que influenciam o evolvimento da civilização, que tem por base a Família, seguida da Parentela e da Tribo e do Povoado.

Porém, o objecto da História é complexo, pelo que o autor estuda a seguir os elementos que influenciam outras formas mais amplas da sociabilidade humana: a Grei e a Pátria.

Com autores gregos, romanos, medievais e outros, aponta a verdadeira Amizade — querer o bem de outrem sem interesse na retribuição —, que identifica com a Benevolência (apontavam-na os Filósofos da Velha China e foi posto em evidência pelo nosso Infante Dom Pedro na sua «Virtuosa Benfeitoria» — «dívida» de cada um para com os pais, os filhos, os que se nos dedicam, os nossos mais chegados, a comunidade em que estamos inseridos em consequência de matrimónio, de parentesco, de afinidade resultante da tradição comum ou da mesma origem, destino ou convivência, das aspirações profundas, da segurança e bem estar, do comércio de ideias e de bens, de paz) — como fulcro da Pátria, que contém ínsita a ideia duma filiação, essencialmente como unidade moral.

Distingue-se da Grei — conjunto de famílias, Tribos, Povoados — povos unidos por outras afinidades, como por exemplo a Tradição. Realce para os nossos Reis que procuravam desenvolver a Grei através do «Comércio».

Por último o autor estuda os elementos que concorrem para a formação das Nações e dos Estados, nas suas diversas formas e finalidades.

Termina pelo exame dos elementos que concorrem para a formação de uma Civilização, como forma mais acabada da sociabilidade humana.

Nação é a Pátria que almeja a independência, mas só a livre, espontânea vontade ou consciência do Povo é que faz a Nação; Estado é a comunidade que se tornou independente, isto é, que obteve organização política soberana.

O Filósofo bracarense Paulo Orósio parece ter sido quem no século IV-V terá utilizado o termo «status» — Estado — com o sentido hodierno.

O autor estuda as diversas realidades que o Estado supõe: o Direito Constituído, o Direito Natural, o solo, a população, a forma da estruturação dos aparelhos do Estado e o seu funcionamento, bem como as diversas formas do Estado e a sua formação.

Destaque para a doutrina tomista, para os Jurisconsultos e Filósofos Portugueses da Restauração, com especial menção de João Pinto Ribeiro, e para Gama e Castro e Raúl Proença.

Cultura é a forma de ser e de estar de um Povo, e anda sempre ligada à Nação, tendo em vista a realização da pessoa em toda a sua dimensão e capacidade em liberdade.

Assim, a finalidade do Estado assenta na realização da própria Cultura, e por forma alguma, conseqüentemente, a deve agredir.

Quando o aperfeiçoamento humano e social se não confine à Nação, mas assuma carácter irrestrito, entramos no âmbito da Civilização que, presentemente, encontra no Cristianismo a sua expressão mais alta com os valores da Filantropia, Caridade, Benevolência, Amizade e Amor.

3. A antecedente estrutura do pensamento, que o autor propõe como mentalidade que deve orientar o investigador histórico, é extraída com uma apresentação esmagadora de opiniões e doutrinas, discutidas através de todos os tempos e em todas as dimensões, como se referiu.

O autor enfrenta a discussão das ideias apresentadas, sem limites dos problemas suscitados.

Demonstra-se a existência de uma linha condutora, mestra, de pensamento, constante através dos tempos e das latitudes.

Este livro contém e oferece-nos um autêntico Edifício Cultural, chegando a conceitos a que, no geral, a hodierna ligeireza atribui um conteúdo fluido, mas que, ao contrário, é preciso e de profundo alcance.

Se ele conseguir geral aceitação, provocará verdadeira e autêntica revolução cultural; no ensino saber-se-á aproveitar o passado como promissora orientação para o futuro; no domínio legislativo haverá respeito integral pelo Povo, e as leis não serão feitas com o desígnio da sua morte, desde logo lavrado no momento da sua feitura.

As leis deixarão de ser a expressão da vontade do legislador — sabe-se lá com que encapotados intuitos! —; serão a expressão dos interesses do Povo. Na sua execução haverá critério orientador e vivi-

ficador correspondente aos mencionados interesses; os Serviços Públicos estarão efectivamente ao serviço do público, e não o público ao serviço dos Serviços.

Os problemas deixarão de ser criados pelo Poder, de cima para baixo, mas os problemas do Povo encontrarão a melhor resolução.

Estamos, conseqüentemente, em presença de um livro ímpar na nossa literatura, desafiando capacidades.

Estelita de Mendonça